

Ministro anuncia descentralização do SUS

Extinção da Central de Medicamentos e do instituto de alimentação e nutrição indica decisão de fortalecer Estados e municípios; maioria dos funcionários será colocada à disposição do Ministério da Administração

WÁLVARO PAZ
Especial para o Estado

PORTO ALEGRE — O ministro da Saúde, Carlos César Albuquerque, anunciou ontem o enxugamento do ministério e a centralização dos esforços na formulação de políticas de saúde. Segundo ele, a decisão de extinguir órgãos como o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan) e a Central de Medicamentos (Ceme), juntamente com a transferência da Escola de Enfermagem de Manaus do Ministério da Saúde para a Universidade Federal do Amazonas, são o maior sinal da nova política.

Albuquerque explicou que esses passos mostram a firme decisão do governo de cumprir o que determinam a Constituição e a Lei Orgânica da Saúde, descentralizando a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e fortalecendo os Estados e municípios. Estes passam a receber mais recursos para executar o que é de sua responsabilidade, conforme as peculiaridades regionais: renda per capita, perfil epidemiológico e cultura.

No caso da Ceme, que era responsável pela compra e distribuição de medicamentos, a Secretaria de Políticas de Saúde e Avaliação, passará a incentivar os Estados a realizar pesquisas e a produzir os medicamentos de forma mais barata, reativando projetos de pesquisa e produção que haviam sido abandonados. Albuquerque disse que em alguns casos os Estados conti-

nuarão adquirindo remédio dos laboratórios. O Ministério da Saúde continuará comprando somente os medicamentos importados utilizados contra a aids e alguns específicos para os programas de combate à hanseníase e à tuberculose.

À disposição — Dos 150 funcionários da Ceme, alguns serão mantidos nas secretarias do ministério; mas a maioria será colocada à disposição do Ministério da Administração. Já os cem servidores do Inan serão devolvidos aos lugares de origem, uma vez que todos foram cedidos por outros órgãos do governo.

As funções do Inan, cujo objetivo principal era o combate à desnutrição infantil por meio da distribuição de leite, passarão a ser executadas pela Secretaria de Assistência à Saúde (SAS). Os recursos do programa do leite já estão a cargo do Fundo Nacional de Saúde. Ao descentralizar as funções da Ceme e do Inan, repartindo-as com Estados e municípios, o ministro espera economizar recursos evitando gastos administrativos permanentes.

Auditorias prévias em todas as licitações também serão adotadas a partir da portaria assinada ontem. Agora, antes da homologação de qualquer processo licitatório, a auditoria vai se pronunciar sobre a regularidade do processo para evitar problemas. "Seguimos o bom senso popular: é melhor prevenir do que remediar", disse Albuquerque, justificando a nova medida.

ESTADOS
DEVEM
RECEBER MAIS
RECURSOS